

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA E CIÊNCIA POLÍTICA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Maria Clara Fernandes Rocha

“É NÓIS, É A GENTE, SÓ NÃO PODE SER ELES.”
DIFERENCIAÇÃO, TERRITORIALIDADE E FRONTEIRAS SIMBÓLICAS NAS
FACÇÕES DO RIO DE JANEIRO.

FLORIANÓPOLIS

2021

Maria Clara Fernandes Rocha

“É NÓIS, É A GENTE, SÓ NÃO PODE SER ELES.”
DIFERENCIAÇÃO, TERRITORIALIDADE E FRONTEIRAS SIMBÓLICAS NAS
FACÇÕES DO RIO DE JANEIRO.

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao curso de Graduação em Ciências Sociais do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Santa Catarina

Orientador(a): Prof. Dr. Alexandre Bergamo Idargo

Florianópolis

2021

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Rocha, Maria Clara Fernandes
"É nós, é a gente, só não pode ser eles." : diferenciação,
territorialidade e fronteiras simbólicas nas facções do rio
de janeiro. / Maria Clara Fernandes Rocha ; orientador,
Alexandre Bergamo Idargo, 2021.
42 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de
Filosofia e Ciências Humanas, Graduação em Ciências
Sociais, Florianópolis, 2021.

Inclui referências.

1. Ciências Sociais. 2. Facções Criminosas. 3.
Territorialidade. 4. Fronteiras Simbólicas. 5. Favela. I.
Idargo, Alexandre Bergamo. II. Universidade Federal de
Santa Catarina. Graduação em Ciências Sociais. III. Título.

Maria Clara Fernandes Rocha

“É NÓIS, É A GENTE, SÓ NÃO PODE SER ELES.”
DIFERENCIAÇÃO, TERRITORIALIDADE E FRONTEIRAS SIMBÓLICAS NAS
FACÇÕES DO RIO DE JANEIRO.

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do título de Bacharel e aprovado em sua forma final pelo Curso Graduação em Ciências Sociais.

Florianópolis, 04 de outubro de 2021.



Documento assinado digitalmente
Leticia Maria Costa da Nobrega Cesarino
Data: 17/08/2022 14:12:25-0300
CPF: 046.352.526-47
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Letícia Maria Costa da Nobrega Cesarino

Banca examinadora



Documento assinado digitalmente
Alexandre Bergamo Idalgo
Data: 17/08/2022 13:42:24-0300
CPF: 102.475.818-44
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Prof. Alexandre Bergamo Idalgo, Dr.
Orientador



Documento assinado digitalmente
Luiz Gustavo da Cunha de Souza
Data: 17/08/2022 13:27:09-0300
CPF: 331.948.728-00
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Prof. Luiz Gustavo da Cunha de Souza, Dr.
Instituição Universidade Federal de Santa Catarina



Documento assinado digitalmente
Barbara Michele Amorim
Data: 17/08/2022 13:27:38-0300
CPF: 046.218.429-35
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Dr.(a) Barbara Michele Amorim
Instituição Universidade Federal de Santa Catarina

Florianópolis, 2021.

Dedico este trabalho primeiro a minha mãe, cujo apoio, não apenas na graduação, mas durante toda minha vida, tem sido fundamental e em segundo lugar dedico a mim mesma, pois só eu sei o quanto ele representa a superação de desafios enfrentados.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha mãe por todo apoio, carinho e amor incondicional, sem os quais, com certeza, minha jornada teria sido diferente.

Ao meu orientador, agradeço pela experiência e pela compreensão com que me conduziu nesta etapa de minha vida acadêmica.

RESUMO

Tomando como partida para um campo a ser pesquisado, um meio em que o crime a contravenção e a violência em parte operam de forma reguladora das relações sociais: a “realidade” das favelas e da “guerra” entre as “facções” do tráfico de drogas no Rio de Janeiro, esse trabalho visa o estudo de certas fronteiras simbólicas características, criadas a partir de disputas e das relações de poder entre elas. Principalmente o funk brasileiro, mas também pichações, alterações na aparência e na vestimenta são compreendidos aqui como veículos de representação, diferenciação e, territorialidade, a medida em que são relacionados no contexto da experiência da favela com o tráfico. O objetivo ao estabelecer essa relação portanto, é compreender como as disputas territoriais no universo do tráfico de drogas - e diferentes relações entre “nós” e “eles” nesse caso - mobilizam certos marcadores sociais dos quais se cria, a partir dos mesmos elementos, fronteiras simbólicas que reúnem ambos os aspectos da violência e “do crime”, e da cultura da favela sem estarem, necessariamente, associados.

Palavras-chave: facções do tráfico 1, fronteiras simbólicas 2, territorialidade 3, funk 4.

ABSTRACT

Taking as a starting point for a field to be researched, an environment in which “crime” and “violence” partly operate as regulators of social relations: the “reality” of the favelas and from the “war” between the “factions” of drug trafficking in Rio de Janeiro, this work aims to study certain characteristic symbolic boundaries, created from disputes and power relations between them. Mainly the Brazilian funk music, but also graffiti, changes in appearance and clothing are understood here as vehicles of representation, differentiation, and territoriality, insofar as they are related in the context of the favela experience with the drug trafficking. The objective with this relationing, therefore, is to understand how territorial disputes in the universe of drug trafficking - and different relationships between “us” and “them” in this case - mobilize certain social markers from which, from the same elements, symbolic boundaries are created in a way that brings together both aspects of violence and “crime”, and a culture of *favela*, not necessarily being associated.

Keywords: factions of drug trafficking 1, territoriality 2, symbolic boundaries 3, Brazilian funk music 4.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

UPP	Unidade de Polícia Pacificadora
CV	Comando Vermelho
ADA	Amigos dos Amigos
TC	Terceiro Comando
TCP	Terceiro Comando Puro
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. AS FACÇÕES.....	14
3. ENTRE TERRITÓRIOS	17
3.1- ENTRE FRONTEIRAS	19
4. DO RITMO AO “CRIME”	23
4.1 DAS MÚSICAS AOS MUROS.....	17
4.2 DOS MUROS AOS CORPOS.....	20
CONCLUSÃO	26
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	28

1. INTRODUÇÃO

A ideia desta pesquisa partiu de um conjunto de experiências que tive ao longo dos anos antes e durante minha graduação.

Eu tinha 12 anos quando uma operação policial de larga escala foi realizada no Morro do Alemão - bairro do Rio de Janeiro composto por cerca de dezessete favelas - pela primeira vez em 2007 e que levaria a mais uma operação para a instalação de uma Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) três anos mais tarde. Na época, eu escutava muitas pessoas do meu convívio e inclusive os telejornais alertarem sobre como muitos “bandidos” fugiriam da cidade do Rio de Janeiro, espalhando-se pelo estado, nas cidades menores, onde poderiam se esconder e até se estabelecer em Paraty.

Paraty, minha cidade natal, sendo uma região de mata e mar, muito próxima à cidade do Rio de Janeiro, com ligação direta pela BR 110, e com muitos locais de difícil acesso, seria, portanto, um dos lugares com grande potencial de se tornarem destino dos fugitivos, o que de fato acabou acontecendo.

Para sintetizar, Paraty, de modo geral sempre foi considerada uma cidade segura para quem cresceu ali, sendo que a violência urbana e cotidiana não era comum na vida dos moradores. Portanto quando as inscrições “C.V”. começaram a aparecer em alguns locais, algumas pessoas já falavam como isso afetaria a tranquilidade da cidade.

Em poucos anos percebi a presença das inscrições, especialmente nos bairros mais periféricos ao Centro da cidade e posteriormente, em outros bairros considerados de classe média/alta pelos próprios moradores. Em conversas com os professores que atuavam nas escolas destes bairros, descobri que as crianças já replicavam o universo dos adultos, formando torcidas por determinada *facção*, simulando batalhas nos horários de intervalo das aulas, em uma escala crescente, que muito tempo depois derivou em aumento substancial do número de adolescentes e jovens nas disputas pelo território, cobranças de dívidas ou em confronto com a polícia.

De maneira geral, o evento das UPPs no Morro do Alemão repercutiu fortemente na minha cidade. Algum tempo depois, conversando com um amigo durante uma viagem ao Rio de Janeiro, chegamos ao assunto da violência e das

“facções” do tráfico que atuam na cidade e no estado, o Comando Vermelho, o Terceiro Comando Puro e Amigos dos Amigos, e ele me contou sobre algumas experiências que tocaram na minha própria experiência com as mudanças perceptíveis que foram desencadeadas, trazendo uma inquietação interior que foi o principal incentivo para a pesquisa que resulta neste trabalho.

A ideia principal desta pesquisa é dedicar um olhar mais atento sobre essa questão e relacionar alguns elementos do crime no Rio de Janeiro, considerando as associações de traficantes nas autoproclamadas “facções”, ou “comandos”; e compreender como as disputas territoriais do tráfico de drogas - e diferentes relações entre “nós” e “eles” nesse caso - mobilizam certos marcadores sociais dos quais se cria, a partir dos mesmos elementos, fronteiras simbólicas que reúnem ambos aspectos da violência e “do crime”, e da cultura da favela.

Portanto, o trabalho se preocupa em discutir elementos que por pressuposto, são compreendidos como inerentes à própria dinâmica da disputa das facções e espera-se desviar a atenção comumente dada à “vida do crime” e ao espectro da violência sem, contudo, excluí-los dessa experiência das favelas.

É principalmente, em meio a negligência do Setor Público do Rio de Janeiro em relação as regiões periféricas da cidade; bairros de baixa renda, de baixa ou nenhuma infraestrutura como favelas e conjuntos habitacionais, que intensifica nessas comunidades a necessidade por organização. Consequentemente, o descaso do Estado resultou em outras entidades que tiram proveito dessa situação, como é o caso das milícias, que disputam com traficantes locais o poder e controle das comunidades. As milícias são grupos compostos por agentes da segurança pública como policiais e militares, agentes penitenciários, e ainda, por cidadãos comuns armados, que cobram dinheiro de comerciantes e empreendedores em comunidades com alto índice de criminalidade em troca de segurança. As milícias não fazem parte oficialmente de nenhuma instituição e operam sob a política de “fazer justiça com as próprias mãos”.

Em meio a isso, e como trata o capítulo a seguir, se intensificou a atividade dos *comandos* que são, fundamentalmente, alianças formadas entre traficantes, ou “chefes” do tráfico que controlam um determinado bairro, sob o nome da *facção* e

declararam “guerra” contra polícia militar, as milícias e com outras facções inimigas formadas sob a mesma lógica de atuarem como um “poder paralelo”.

Suponhamos, o que é muito frequente, duas favelas vizinhas, respectivamente controladas por dois chefes rivais, A e B. Se A fizer uma aliança com um outro chefe C, e este pertencer a um grupo de aliados denominado “Terceiro Comando”, automaticamente o seu maior rival, o chefe B, irá aliar-se a D, que pertence a um outro grupo de aliados denominado “Comando Vermelho”. Os chefes A e B, ao formarem alianças particulares, passam a ser vistos como TC e CV, respectivamente. São as alianças localizadas que levam ao “pertencimento” a um comando, e não o contrário, embora, *a posteriori*, assim pareça. (ALVITO, p.83, 2001)

A relação “*o amigo do meu inimigo é meu inimigo*” opera fortemente nesse meio e dessa interação entre alianças e rivalidades delimita-se fronteiras, que muitas vezes são, ainda que mutáveis, também intransponíveis até certo ponto.

E sob essa mesma regra vivem os moradores dessas comunidades. Pertencer a uma comunidade, por exemplo, comandada por traficantes do A.D.A, automaticamente impõe regras, restrições e normas de conduta, insere os indivíduos nessa classificação e faz deles “inimigos” da outra *facção* até que os chefes decidam o contrário.

A partir deste espaço conquistado pelos traficantes, os moradores quase sempre desprovidos de oportunidades de escolha, acabam aceitando e se conformando em terem seu dia a dia e quase todos os aspectos de suas vidas controlados por eles, e muitas vezes consideram isso preferível à corrupção policial.

A complexidade da configuração do tráfico de drogas nas diversas favelas no Rio de Janeiro – compostas por redes de pessoas que em associação compõem uma comunidade simbólica cujas relações são permeadas por disputas para se auto representar, reafirmar sua superioridade e demarcar sua territorialidade umas em relação as outras visto que têm os territórios como objetos primordiais de disputa – exige uma pesquisa mais profunda e mais duradoura do que é cabível a um trabalho de Graduação. Sendo assim, entendo que este trabalho seja apenas o embrião de uma pesquisa mais aprofundada, sem deixar de ser uma grande oportunidade de vislumbrar determinadas engrenagens cujo movimento resulta na disputa territorial, na formação de facções e sua relação com os costumes da favela, entre outros aspectos.

2. AS FACÇÕES

Há anos a cidade do Rio de Janeiro se tornou território de ação de traficantes, cuja atividade não se restringe somente à circulação de drogas nos limites da cidade, mas realiza também incursões como sequestros, assaltos a bancos e assassinatos. Não cabe aqui, mas é importante mencionar, que na esteira do aumento da criminalidade e falta de ação do Estado, também prosperam as milícias¹.

Atualmente o Rio de Janeiro constitui território de disputa entre três “facções”²: Comando Vermelho (CV), Amigos dos Amigos (ADA) e Terceiro Comando Puro (TCP), que na história de seu “surgimento” disputam entre si pela hegemonia sobre o tráfico tanto na cidade quanto no estado, além de outras regiões do país. Mas é o resultado do atrito entre as três, que faz com que elas ocupem uma posição, no mínimo fundamental, no cenário da violência que envolve todo o estado do Rio de Janeiro.

De maneira geral a história contada sobre a formação das três *facções* se deve sobretudo às condições precárias sob as quais os presos são submetidos em grande parte dos presídios do país, quando os mesmos, agrupados por algum tipo de característica comum, criam sua própria forma de organização e regras de convivência dentro das celas e em meio a pouca infraestrutura e falta de fiscalização por parte das autoridades, desenvolvem as leis e códigos de conduta da própria prisão como um todo, além de meios de se comunicar com o “mundo” exterior. Com isso, as *facções* exercem influência dentro e fora do sistema penitenciário e buscam reproduzir também do lado de fora as leis que operam dentro das prisões.

O Comando Vermelho é a segunda maior *facção* criminosa e conhecida como a mais antiga do país. Relata-se que sua origem se deu no Instituto Penal Cândido Mendes, da Ilha Grande em Angra dos Reis, Rio de Janeiro, no final dos anos 1970 - período marcado pelo Regime Militar – e que resultou da aliança de “presos comuns” com os chamados “presos políticos” da Ditadura.

As informações sobre as outras duas *facções*, contudo, são bastante fragmentados, mas segundo Amorim (1995), no período entre 1980 e 1982, presos remanescentes das falanges inimigas à “Falange Vermelha” formam a principal

¹ Segundo o [Mapa dos grupos armados do Rio de Janeiro](#) em 2019 as milícias controlavam 57,5% do território da cidade do Rio de Janeiro. Isso pode significar que o controle miliciano seja eventualmente maior do que o controle das *facções* nestes territórios.

² Termo comum no meio do tráfico para designar uma associação de traficantes.

oposição ao Comando Vermelho: o Terceiro Comando (TC), que se expande sobretudo em outros presídios da capital.

De acordo com o site “Procurados”³, entre 1994 e 1998 surge no Complexo Penitenciário Frei Caneca (implodido em 2010), a facção Amigos dos Amigos como outra oposição ao CV e aliada ao TC. Mais tarde, em 2002, uma traição dentro do ADA leva ao fim a aliança formada com o TC, o que resulta na dissidência da última. O até então líder do Terceiro Comando deixa a facção, marcando o fim dela, para se juntar ao Terceiro Comando Puro, formado no mesmo ano, no Complexo da Maré, região da Zona Norte do Rio de Janeiro.

Cada uma delas se expandiu de tal forma nos presídios e nas periferias cariocas, que desenvolveu ao longo dos anos características próprias, seja pelo modelo de organização, pelo *modus operandi*, pela maneira como se apresentam ou referem a si mesmas etc.

Suas práticas impõem, simultaneamente, medo e respeito, ódio e admiração não só adquiridos pelo uso da violência física e simbólica, mas porque parecem ter criado, de algum modo, uma espécie de comunidade simbólica, que é ao mesmo tempo *integrada e fragmentada*. Integrada pois compartilham contextos de origem semelhantes, experiências cotidianas, compreensão de uma certa “ordem” da “vida do crime”, do que é *favela* e do que é *asfalto* (MATTOS, 2012); ainda que fragmentada, pois, a começar pela própria oposição entre elas, cada uma delas encontrou um modo de se diferenciar das outras, que é reconhecido e compreendido para além das fronteiras físicas de seus territórios de controle; os diversos bairros e comunidades do Rio de Janeiro.

Para quem vive fora da realidade nos morros, não há diferença marcante entre elas. De modo geral, as facções são agrupadas pela mídia e outras áreas sob uma mesma perspectiva da violência e do crime. O importante aqui, contudo, são as distinções fundamentais utilizadas pelos próprios indivíduos como demarcação de fronteiras.

As facções se assemelham, portanto, não por exercerem os mesmos tipos de práticas ilegais, mas de fato, pelos integrantes da “comunidade”, quem quer que

³ “Programa que divulga através dos meios de comunicação os principais criminosos foragidos do Estado, é uma parceria entre o Disque-Denúncia e a Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, através da Subsecretaria de Inteligência e da Assessoria de Comunicação.” - Disponível em: <http://www.procurados.org.br/page.php?id=20> e <http://www.procurados.org.br/page.php?id=21>. Acesso: agosto de 2017.

sejam (pois, não se restringem somente aos traficantes) terem desenvolvido formas de expressão comuns a todos (gírias, funk, pichações, tatuagens, cortes e cores dos cabelos etc.) em que territórios e as fronteiras estão dispostas de maneiras diversas.

Tanto o Comando Vermelho, quanto o Terceiro Comando Puro e o Amigos dos Amigos dispõem de diversos dispositivos fundamentais para manutenção da ordem imposta nas comunidades.

Ou seja, se os três *comandos* construíram ao longo dos anos uma comunidade que extrapola a dimensão física de seus conflitos impostos sobre e na cidade e, a partir de diversos códigos, - alguns já mencionados - estabeleceram para além da divisão da cidade em territórios, seus próprios indicadores de quem está “dentro” e quem está “fora”: fronteiras simbólicas de uma espécie de ostentação imposição do estilo de vida “criminoso”, que fazem sentido somente entre as pessoas da comunidade em que estão inseridos de tal maneira que se questiona: como é que esses códigos, essas delimitações simbólicas se inscrevem na dimensão material da cidade de tal forma que se tornam legítimos ou importante o suficiente para que sejam reconhecidos, incorporados e reproduzido por algumas pessoas?

3. ENTRE TERRITÓRIOS

Tendo em vista a proposta de análise do trabalho em questão, é importante, antes de dar seguimento, conceituar alguns termos fundamentais da pesquisa.

Partindo da concepção de Haesberth, entende-se “território” como um espaço apropriado em termos imateriais na produção de identidade, subjetividade e simbolismos com certo lugar (FUINI, 2017).

Para Haesberth (2004), o território possui tanto uma conotação material, pela dominação político-jurídica da terra e com incitação do medo e do terror, quanto simbólica; por inspirar a identificação e “apropriação” efetiva. Relaciona-se, portanto, com o poder, tanto no sentido concreto, de dominação, quanto no sentido simbólico, de apropriação.

Enquanto “continuum” dentro de um processo de dominação e/ou apropriação, o território e a territorialização devem ser trabalhados na multiplicidade de suas manifestações – que é também e, sobretudo, multiplicidade de poderes, neles incorporados através dos múltiplos agentes/sujeitos envolvidos. Assim, devemos primeiramente distinguir os territórios de acordo com os sujeitos que os constroem, sejam eles indivíduos, grupos sociais, o Estado, empresas, instituições como a Igreja etc. As razões do controle social pelo espaço variam conforme a sociedade ou cultura, o grupo e, muitas vezes, com o próprio indivíduo. Controla-se uma “área geográfica”, ou seja, o “território”, visando “atingir/afetar, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relacionamentos”. (SACK, 1986:6 *apud* HAESBERTH, 2004).

Sendo assim, por estar intrinsecamente ligada com a maneira como as pessoas utilizam a terra e como elas mesmas se organizam no espaço e dão significado ao lugar, a *territorialidade* também está associada às relações econômicas e culturais.

Além de criar e manter a ordem, a territorialidade, sendo um componente do poder, é uma estratégia para criar e manter grande parte do contexto geográfico do qual o mundo é experimentado e dotado de significado. Não somente, permite compreender a ligação simbólica dos grupos sociais com seu espaço. A territorialidade se dá na busca por tentar diferenciar um espaço e distingui-lo entre seus ocupantes (tornando-o exclusivo), expressando o vivido territorial por uma coletividade.

A territorialidade pode ser compreendida como abstração teórica para território ou ter um sentido efetivo, tanto material (controle físico), quanto imaterial (controle simbólico, imaginado) e, também, na concepção de espaço vivido. Pode ser entendida como uma concepção mais ampla que

território, sendo tanto propriedade dos territórios quanto condição para efetivação; territorialidade como sinônimo de território (qualidade inerente) ou, por fim, territorialidade com sentido distinto de território, tendo vista em duas perspectivas: no âmbito da imaterialidade (quando se trata de território como algo concreto) e o domínio do vivido e não institucionalizado; e territorialidade como uma das dimensões de território, a que remete à identidade territorial (HAESBAERT apud FUINI, 2014).

Seguindo essa perspectiva, todo território é simultânea e obrigatoriamente funcional e simbólico, pois é exercida autoridade sobre o espaço, ambos para realizar “funções” e produzir “significado”. Muitas vezes o território se torna tão forte que concentra, em mesma intensidade, *funcionalidade* (recurso) e *identidade* (símbolo). Neste caso, o território não está relacionado somente a função e ao ter, mas ao “ser”, ou ainda, segundo Haesberth, (2004) “[...] muitas vezes, por exemplo, é entre aqueles que estão mais destituídos de seus recursos materiais que aparecem formas as mais radicais de apego às identidades territoriais”.

Haesberth define essas duas qualidades do território, como “tipos ideais” ou “referências extremas”. Portanto, o “território funcional” é definido por processos de *dominação*; seria “território da desigualdade”; um território “sem territorialidade” (que é empiricamente impossível); regido pelo princípio da *desigualdade* ou “unifuncionalidade”, em seu extremo. Esse tipo de território é concebido como um recurso, possui valor de troca. O “território simbólico”, em contraste, envolve processos de *apropriação*, é “território da diferença”; possui uma territorialidade “sem território” (como por exemplo, a “terra prometida” dos judeus); regido pelo princípio da *multiplicidade* ou de “múltiplas identidades”, em seu extremo. Esse tipo de território é concebido como símbolo, possuindo valor simbólico. Contudo, para Haesberth, perceber a historicidade do território, a variação de acordo com contexto histórico e geográfico, é fundamental e ainda mais importante.

Ainda, sobre a territorialidade, Haesberth concebe como *aquilo que faz de qualquer território, um território*. A territorialidade em seu ponto de vista é “algo abstrato”; uma “abstração” também no sentido ontológico de que, enquanto “imagem” ou “símbolo” de um território, existe e pode inserir-se de maneira eficiente como uma estratégia político-cultural, mesmo que o território em referência não esteja concretamente manifestado.

Dessa forma, o território como produto agenciado se revela por um processo de territorialização que se identifica com um campo de interioridade, com um sistema

semiótico de signos, componentes discursivos e coletivos de enunciação [...]. (FUINI, 2014, p.24,)

3.1- ENTRE FRONTEIRAS

Em seu livro *The Symbolic Construction of Community* (2001), Anthony Cohen discute os aspectos dicotômicos de “Comunidade”, que pressupõe ao mesmo tempo semelhança e diferença. Segundo o antropólogo, o elemento que incorpora o senso de discriminação entre entidades sociais é a *fronteira*.

Por definição, a fronteira marca o início e o fim de uma comunidade. A fronteira carrega a identidade da comunidade e assim como a identidade de um indivíduo, é criada pelas condições da interação social. Fronteiras são marcadas a partir da busca pela distinção por parte de comunidades, com entidades das quais elas interagem de uma forma ou de outra. Dessa forma, a maneira com que são marcadas depende da comunidade em questão.

Mas nem todas as fronteiras e nem todos os componentes de qualquer fronteira, são tão evidentes. Ao contrário, podem ser pensados, como existentes nas mentes de quem os observa. Sendo assim, a fronteira pode ser percebida em termos bem diferentes, não só pelas pessoas em seu lado oposto, mas também pelas pessoas em um mesmo lado. Do mesmo modo, fronteiras percebidas por alguns podem ser imperceptíveis para outros. Este seria o aspecto *simbólico* das fronteiras.

Cohen chama atenção para como há diferença quando se fala sobre uma certa comunidade (como é o caso da presente pesquisa) e quando a própria comunidade fala sobre si (perceptível nas próprias letras de *funk* como será apresentado mais adiante). Nesse momento, a comunidade é mais do que abstração oratória, ela depende fundamentalmente da consciência. Portanto, a consciência de comunidade é incorporada na percepção de suas fronteiras, que são elas mesmas constituídas pelas pessoas em interação.

As fronteiras incluem elementos que podem, para certos fins e em certos aspectos, ser considerados mais semelhantes entre si do que diferentes. Mas também separam esses elementos daqueles que os diferem. Nesse sentido, as

fronteiras das comunidades desempenham a mesma função que as fronteiras de todas as categorias de conhecimento.

“Se extrairmos desse estoque cognitivo total um subgênero, ‘categorias de conhecimento social’, descobriremos que todas essas categorias são marcadas pelo simbolismo.” (COHEN, 2001, tradução da autora).

Dessa forma, o simbolismo pode ser explícito como, por exemplo, em rituais que discriminam entre papéis sociais, entre vida e morte, entre estágios e status no ciclo da vida, entre gênero, entre gerações, entre o puro e o poluído; entre relações dicotômicas de modo geral. Contudo, muito do nosso simbolismo não tem um vocabulário especial ou comportamento idiomático: é parte do significado que nós atribuímos intuitivamente a coisas mais instrumentais e pragmáticas de uso comum - como palavras. Portanto, símbolos fazem mais do que simplesmente significar ou representar algo. Eles permitem que aqueles que os empregam forneçam parte de seu significado. A realidade e eficácia das fronteiras da comunidade - e, portanto, da própria comunidade - depende de sua construção simbólica e de seu embelezamento.

Por serem maleáveis, os símbolos podem ser feitos para se adaptar às circunstâncias do indivíduo. Podem, portanto, fornecer os meios pelos quais os indivíduos podem experimentar e expressar seu apego a uma sociedade sem comprometer sua individualidade. Os símbolos são tão versáteis que muitas vezes podem ser dobrados em formas peculiares de significado sem que tais distorções se tornem visíveis para outras pessoas que usam o mesmo símbolo ao mesmo tempo.

Além disso, a realidade da comunidade na vida de seus membros é simbólica. Portanto, isso também deve ser necessariamente verdade em relação às suas fronteiras. Mas essas fronteiras são receptáculos simbólicos preenchidos com os significados que os membros atribuem a eles e percebem neles.

Os símbolos são eficazes porque são imprecisos. Embora obviamente não sem conteúdo, parte de seu significado é "subjetivo". Eles são, portanto, a mídia ideal por meio da qual as pessoas podem falar uma língua "comum", se comportar de maneiras aparentemente semelhantes, participar dos "mesmos" rituais, orar aos "mesmos" deuses, vestir roupas semelhantes e assim por diante, sem subordinação a uma tirania da ortodoxia. [...] Eles os unem em sua oposição, tanto uns aos outros, como aos "de fora". Assim, constitui e dá realidade aos limites da comunidade. (COHEN, 2001, p.21, tradução da autora)

Em seu passeio pelas ruas do bairro Acari, no Rio de Janeiro em 1997, uma das coisas que chamam a atenção de Marcos Alvito (2001) são “as cores” que identificam a separação dos territórios entre os chefes do tráfico, sendo o *verde* uma representação do Terceiro Comando ou TC (ativo ainda na época – hoje Terceiro Comando Puro) e o *vermelho* representando o Comando Vermelho ou CV, tendo em vista o nome da *facção*. Essa forma de identificação era perceptível para Alvito pois se fazia presente nos muros e postes do bairro de Acari.

Frequentemente Alvito se deparava com o brasão do Vasco pintado em verde e junto as iniciais TC. Além disso, diversos prédios que receberam algum auxílio do “chefe” local, - seja em sua construção, seja em doações ou até mesmo o espaço cedido – tinha as paredes pintadas em verde. Muito frequentes eram as inscrições TC acompanhadas de triângulos, que podiam aparecer nas paredes de comércio e de casas, nos muros, postes, em caixas de energia elétrica e de correio. Essas inscrições, ele percebe, eram ainda mais comuns em zonas de “passagem”; nas “fronteiras” que dividiam as favelas de Acari.

É incrível como se dá a percepção, por parte dos moradores, dessa fronteira invisível. Um líder comunitário chegou a me perguntar, com toda seriedade, se eu não achava que no “lado de lá” fazia *mais calor*. É claro que ele se sentia bem mais confortável dentro de *sua* comunidade e atribuía o mal-estar, quando *atravessava*, a uma diferença climática...O termo *atravessar*, muitas vezes utilizado para o ato de deslocar-se de uma *comunidade* para outra dentro da localidade de Acari, tem um aspecto semântico extremamente interessante. Além de seu sentido literal marcar a importância da “fronteira simbólica” que é transposta [...], o termo é muito utilizado no meio carcerário: *atravessar* significa ser transferido de local [...]. *Atravessar*, nesse meio, é uma operação delicada, que envolve perigos. (ALVITO, p.32, 2001)

E de fato, as fronteiras do tráfico são delimitadas de acordo com a distribuição dos pontos de venda de drogas, as “bocas de fumo”, no interior das favelas. Onde começa e onde termina o poder de uma *facção* pode ser determinado por ruas, esquinas, muros ou valas; qualquer ponto escolhido pelos próprios traficantes. Portanto, conflitos e troca de tiros entre facções em disputa por ampliação das “bocas” nessas áreas, são bastante comuns. *Atravessar* é realmente uma operação que envolve perigos.

Desse modo, os recortes espaciais flexíveis e dinâmicos (porque mudam de acordo com as invasões e tomadas de poder de uma facção sobre a outra) acabam produzindo determinados sentidos sobre as fronteiras do tráfico (amplamente compartilhadas pelos moradores locais). Essas fronteiras, que redesenham o mapa geográfico e mental desses espaços, são simbolizadas, nas falas de adolescentes moradores, como áreas

“perigosas”, “onde não dá para ficar”, “onde os tiroteios são mais frequentes”, onde “eu evito passar” (RODRIGUEZ; FERREIRA; ARRUDA, 2011, p.420).

Além disso, as próprias relações sociais acabam sendo restringidas em relação ao território, visto que o *lado de lá* é território inimigo e a circulação, portanto, é limitada; mesmo aos moradores que não estão diretamente ligados a *facção* dominante, visitar um parente que mora do outro lado da fronteira, pode gerar sérias consequências para ambos.

Mas não é sobre o território material e nem mesmo sobre as disputas pelas fronteiras geográficas o que interessa aqui. O que está em interesse são as diferentes formas de simbolizar as fronteiras produzidas do conflito entre as *facções*. Seria duplamente o que precede e o que sucede o ato de atravessar as fronteiras, expresso em simbologias compreendidas na realidade dos conflitos do tráfico.

4. DO RITMO AO “CRIME”

Inspirado no *Soul*, estilo de música característico do movimento *Black Power* dos Estados Unidos, o funk carioca se desenvolveu a partir dos anos 1970 com os chamados Bailes da Pesada; promovidos inicialmente no Canecão, casa de shows do Rio de Janeiro. Acontecendo aos domingos, eram frequentados por um público de cerca de 5 mil jovens de diferentes regiões da cidade.

A popularidade do evento, contudo, foi acompanhada por restrições impostas pela direção do Canecão, que passou a ser considerado “o palco nobre da MPB”. O Baile da Pesada foi transferido para clubes suburbanos e acontecia em um bairro diferente a cada fim de semana.

Para dar mais animação às festas, alguns frequentadores do evento montaram diferentes equipes com seu próprio som, que tinham nomes como “Revolução da Mente”, “Uma Mente numa Boa”, “Atabaque”, “Soul Grand Prix” inspirados em James Brown, artista icônico do *Soul* estadunidense. Até então, o *Soul* era estilo que reinava devido ao ritmo propício para a dança, visto que o público que frequentava os bailes chegava a montar coreografias⁴. Uma das equipes, a Soul Grand Prix ganhou destaque quando passou a trabalhar a cultura negra através da produção musical e de esportes, os bailes eram acompanhados por projeções de slides de filmes e documentários sobre figuras icônicas do mundo da música, esportes e do cinema negro. Esse movimento foi acompanhado da incorporação do estilo de se vestir aos penteados, e a imprensa o apelidou de “Black Rio”.

Tal título foi suficiente para chamar a atenção do DOPS (Departamento de Ordem Política e Social) que passou a focar os bailes e entidades específicas baseados na suposição de existirem grupos clandestinos de esquerda entre as equipes de som. Essa agitação também colocou em debate o caráter dos bailes e do *Soul* em si, que para as equipes era característica da “curtição”, parte da diversão dos jovens, e para o movimento negro passou a ser uma ferramenta para se alcançar um fim – a superação do racismo.

As gravadoras, por outro lado, viram a oportunidade de um novo mercado com um grande público consumidor. Lançaram coletâneas com os maiores sucessos

⁴ O estilo de música predominante era o *Soul* mas os bailes eram chamados de *Funk* nos Estados Unidos e lentamente foi incorporado ao vocabulário brasileiro, cf. https://www.academia.edu/31952607/HERMANO_VIANNA_O_BAILE_FUNK_CARIOCA_PDF

dos bailes sob o nome das equipes mais conhecidas e iniciaram a tentativa de criar “o *soul* nacional”, produzido e cantado por artistas brasileiros, em português.

Em 1976 a gravadora WEA lançou o primeiro disco de equipe, o LP *Soul Grand Prix*, seguido por LPs da Dynamic Soul, Black Power, e Furação 2000. A última, produzindo músicas ainda atualmente. No entanto, a moda do *Soul* foi gradativamente passando -mesmo os artistas brasileiros não receberam grande destaque no país (com exceção, pode se dizer, de Tim Maia, que virou ícone do - *Black Music* nacional) – para dar início à moda *Disco* e, ao “Charme”, versão do funk mais melodioso.

Já em meados dos anos 1980 o *Hip hop*, tomou a cena e mesmo os bailes foram incorporando essa estética, embora “funk”, “funk pesado” e “balanço” tenham sido nomes ainda utilizados para se referir ao estilo de música.

O *funk* como era conhecido e popularizado acabou se dividindo em pequenas festas minoritárias e com isso, a “essência” do Black Rio, da tentativa de conscientização negra pela música, ficou distante. Contudo, iniciou-se uma nova era para a criação de uma identidade nacional em artistas como DJ Marlboro, que além de produzir versões em português, falava da situação do *funk* no Brasil. Nele, o *funk carioca* se consolidou e se difundiu, não só através dos bailes e rádios, mas pela televisão brasileira.

Nos anos 1990 foi quando tal repercussão enfrentou o preconceito e perseguição por parte da mídia e da polícia. Nessa época, eram comuns os “bailes de galeras”, forma de entretenimento comum de encontros de jovens, em sua maioria moradores de favelas e dos subúrbios, que interagem por meio de lutas físicas para brigar e defender seu território e/ou amigos (MATTOS, 2012). Um evento de proporções maiores que ficou conhecido como “arrastão” incitou a discussão a respeito de “violência urbana” e com isso, as brigas foram criminalizadas e os bailes foram censurados sob ameaça de proibição.

Uma tentativa de pacificação dos bailes foi feita por grupos ligados ao funk, mas um processo de interdição judicial entrou em vigor, principalmente nas favelas.

Quando em 1995 foi criada a primeira *CPI do funk*, vinculando o funk carioca à Secretaria de Segurança Pública, os bailes, que foram proibidos de acontecer nos

clubes e demais espaços públicos, foram transferidos para dentro das comunidades, onde passaram a requerer autorização e a ser financiados pelos “chefes” do tráfico nos morros. Com isso, ao falar sobre a realidade das favelas, incluíram também as facções que controlam o tráfico nas diferentes regiões da cidade. Surgindo assim, os “proibições”.

O “*Rap do Comando Vermelho*” (atualmente com o nome trocado para “Cheiro de Pneu Queimado”) de Cidinho e Doca foi o primeiro proibidão que ganhou visibilidade na mídia, em 1999. A letra faz uma paródia da música “Carro Velho” da Banda Eva, com referências das relações do “morro” com a violência. Foi, com isso, que se teve conhecimento de *funks* relacionados às três principais facções do Rio de Janeiro na época: o Comando Vermelho (CV), o Terceiro Comando (TC) e os Amigos dos Amigos (ADA) (RODRIGUEZ; FERREIRA; ARRUDA, 2011).

Os “proibições” de *facção*, como o nome já diz, são, portanto, funks cuja comercialização foi proibida por lei por fazerem “apologia ao crime”, por falarem explicitamente sobre a violência e o crime nas favelas e, frequentemente, sobre o poder de fogo dos traficantes, por exaltar as facções e suas lideranças ou difamar seus inimigos, denunciar os “X9”, os “caguetes”.

Além disso, podem apresentar o nome de alguns bairros específicos, reafirmando sua hegemonia sobre o território que operam ou que possuem interesse em controlar. São bastante comuns no universo dos *comandos*, e estão presentes, aparentemente, em todo o país, onde quer que operem redes de traficantes de drogas.

Por mais que se trate de músicas cuja distribuição e comercialização foi criminalizada, ainda circulam livremente pela internet. Não só, essas músicas são utilizadas como meio de difusão da informação sobre acontecimentos tanto históricos quanto mais recentes e corriqueiros envolvendo as comunidades controladas, traficantes sob ameaça de morte, bairros recentemente “dominados”, etc.

A seguir está a transcrição de três letras de funk. Ao que parece ser uma resposta por alguma provocação feita por um MC associado a outra *facção*. Embora nem todos os termos possam ser compreendidos a não-nativos, não é necessária interpretação mais aprofundada sobre certos significados. Basta compreender como a letra carrega algumas características evidentes da disputa entre as facções: a

exaltação da *facção* e de lideranças do crime, reivindicação do território, hostilidade aos comandos.

Música 1 - *Mc Menor – Macaé: Terra do Lindão, resposta pro Mc Á Mídia (Dj Proibido e Dul da Vintém)*

Tem uns cara que não dá pra entender

Cospe no prato que comeu

Papo reto eu vou dizer

Agiram na ajuda

Aí foi fechar com os alemão

Fica fazendo musiquinha de conspiração.

Nós somos poucos e loucos Só bandido perigoso

Não rendemos pra ninguém

Nóis bota o bagulho doido

Morador fecha com o Lindão

Nada disso vai mudar

Macaé é terra abençoada E vai ser sempre ADA.

Mando um abraço pra Vintém

Pra tropa do Trevão

Joga o L pro alto

Quem fecha com a Facção

Então bota tudo A

Deixa eles vim pra ver

É muita bala nos Comando e nos TCP.

Liberdade vou pedir pros amigos da prisão

Breve breve tá na rua dando continuação

No império dos manos

Que deixa nós pesadão Saudade dos que se partiu lutou pela Facção.

Mas quem pensa que tá esquecido

Pra vocês tô lembrando

Vamo retomar o Lagomar

Ainda esse ano

Mas quem pensa que tá esquecido

Pra vocês tô lembrando Urubu “é a gente” à vera no pique do mano.

Nóis busca a paz

Mas nunca foge da guerra

Todos que tenta vai cair

Macaé é Ropinol à vera

O certo prevaleceu e prevalecerá

Morador nossa fortaleza Macaé é

ADA.⁵

5

Link

https://www.youtube.com/watch?v=1GXcZc_BHdE&t=110s

Música 2 - Mc Poze do Rodo –Fala que a Tropa é Comando Vermelho

Oi, na VK os menor te acerta
Só soldado bom de guerra
Que te mira e não te erra

Só AKzão na favela
Com vários pentão reserva
Aonde entrar cês leva

É bala nos 3 cu, de 62 é só papum
E os alemão aqui nem tenta
De Glock e de radin, fumando um
baseadin
Destrava o G3zão que se piar nós
quebra
Destrava o G3zão que se piar nós
quebra

Respeita o CV
Que só tem bandido brabo, só menor
de guerra
Que bota pra fuder
Nós é terror dos Terceiro, ADA e dos
Meleca

Fala que a tropa é Comando Vermelho
Se piar aqui na VK vocês vai ver
Só soldado preparado, os menor
descontrolado
Se os cana brotar, a bala vai comer⁶

⁶ Link:

<https://www.youtube.com/watch?v=PIQ0IJvpa-w>

Música 3 - Mc Colibri – Dendê Agora é TCP

Não adianta ficar de palhaçada não
 Aí Adelaide fica neném
 Se é? É. Se não é? Rala
 Dendê, dendê, dendê, dendê,
 Dendê, dendê, dendê, dendê,
 Dendê agora é TCP
 Dendê agora é TCP

Noquinha saiu voado, ADA vai se
 fuder
 Dendê agora é TCP
 Dendê agora é TCP

Noquinha saiu voado, ADA vai se
 fuder
 Eu mandei vários lembretes,
 Tu não quis me escutar
 Noquinha sai de cima do muro
 Escolhe onde quer ficar
 Tu escolheu o lado errado
 Tu fechou com o linho safado
 Foi ficar com os ADA
 Nós somos Terceiro puro
 Nunca vamos misturar
 É o bonde taca bala caçador de ADA
 Não sai por bem tu sai na bala
 Noquinha entra na mala vai pra vala
 Não sai por bem tu sai na bala
 Noquinha entra na mala vai pra vala

Dendê, dendê, dendê, dendê,
 Dendê, dendê, dendê, dendê
 Dendê agora é TCP
 Dendê agora é TCP

Noquinha saiu voado, ADA vai se
 fuder

Dendê agora é TCP
 Dendê agora é TCP
 Eu mandei um lembrete Noquinha,
 Tu não quis me escutar
 Agora você ta fazendo Cooper
 Tá correndo pra caralho

Tá correndo pra caralho
 Já moreeeeeeu
 É TCP Mané respeita porra
 Se é? É. Se não é? Rala.
 Eu mandei vários lembretes
 Tu não quis me escutar
 Noquinha sai de cima do muro
 Escolhe aonde quer ficar
 Tu escolheu o lado errado
 Tu fechou com o linho safado
 Foi ficar com os ADA
 Nós somos Terceiro puro
 Nunca vamos misturar
 É o bonde taca bala caçador de Ada
 Não sai por bem tu sai na bala

Noquinha entra na mala vai pra vala
Não sai por bem tu sai na bala
Noquinha entra na mala vai pra vala

Dendê agora é TCP
Dendê agora é TCP
Noquinha saiu voado, ADA vai se
fuder
Dendê agora é TCP
Dendê agora é TCP
Noquinha saiu voado, ADA vai se
fuder7

⁷Link :
<https://www.youtube.com/watch?v=vjg165LWdNc>

Como de costume nos funks proibidões, os territórios dominados pelo tráfico de drogas estão presentes como objetos indissociáveis. Em função dos confrontos pelos pontos de venda, demarcar os territórios é fundamental para a dinâmica do tráfico tal como criar uma identificação com eles. Pode-se dizer, portanto, que é no território que são estabelecidas as relações de poder.

A experiência do território cantada nas letras, por outro lado, mostra forte carga afetiva, veiculando a felicidade ao domínio e pertencimento à facção. Poderíamos pensar que a vivência da conquista do território pelos grupos ligados ao tráfico de drogas (sua ocupação, a união de forças para obtê-la) é o cimento que o liga à sua identidade e reforça o valor simbólico da facção. (RODRIGUEZ; FERREIRA; ARRUDA, 2011)

Se pensarmos o quanto os espaços populares são relegados à invisibilidade ou representados somente pelos seus aspectos negativos, fica mais fácil compreender o porquê da alegria e motivação na exaltação aos territórios presente nos proibidões, conforme, nessas menções, assumem quase sempre um lugar de evidência e de força. Isso sem contar o prazer do público, pertencente ou não ao tráfico, quando ouve a sua comunidade ser cantada em tramas, que, geralmente, transbordam virilidade e potência. Portanto, nas letras de funk proibido, a dimensão do território está ligada à força e ao poder das facções. São cantadas em bailes de comunidade por quem é e não é do tráfico. (RODRIGUEZ; FERREIRA; ARRUDA, 2011)

Além disso, por serem parte de uma produção de subjetividade, as letras de proibidões acabam evidenciando uma complexa realidade *pluriterritorial* (RODRIGUEZ; FERREIRA; ARRUDA, 2011, p.429). Viver em múltiplos territórios, como é comum na modernidade, cria uma relação de identidade com o território um tanto ambígua para os indivíduos do seu entorno. Para quem não faz parte da mesma realidade pode parecer que existe um sentimento de pertencimento e uma identidade formada em relação os valores e a lógica de facção. Por outro lado, para quem convive com essa proximidade, vê-se uma obrigação em adotar as normas e os códigos impostos sem que isso signifique aderir automática e plenamente ao tráfico.

Cantam-se os cantos da facção quando ela objetiva a importância e a força do território de origem dos moradores. À exceção de uns poucos sambas que louvaram determinadas comunidades (Mangueira, Salgueiro, por exemplo), quem já ouviu cantar loas a Vigário, ao Borel, à Chatuba, entre outros? De que outra forma esses espaços experimentam a sensação de impor respeito, ainda que pela violência? (RODRIGUEZ; FERREIRA; ARRUDA, 2011, p.429).

“Os moradores de favelas sob o domínio do tráfico, por vezes, são obrigados a vivenciar territorialidades ou identidades que não são as suas. As fronteiras do

tráfico são objetivações do espaço dominado pela facção” (RODRIGUEZ; FERREIRA; ARRUDA; 2011, p.430).

Ainda assim, seria equivocados afirmar que a identidade e o sentimento comunitário se fazem apenas pela coerção.

Se pensarmos que é nos bailes que essas músicas são comumente apresentadas e entendermos os bailes como o espaço público onde o *crime* é narrado de forma sedutora e como moralmente superior, de modo a atravessar a produção de subjetividade de bandidos e dos demais moradores de favelas; os bailes promovem diferentes níveis de integração à “ideologia” de facção.

Quando tocam nos bailes, os “proibidos” provocam entusiasmo em grande parte dos participantes da festa e não apenas naqueles que possuem algum envolvimento com atividades ilícitas. (...) Ao convocarem o público da pista de dança com o imperativo “vai, levanta a mão”, homens armados erguem seus “bicos” para o alto e a multidão desarmada apenas imita uma pistola com os dedos polegar e indicador, igualmente levantando as mãos no ritmo da música. Isso é feito em resposta às indagações “quem é comando vermelho, vai levanta a mão” ou “quem não gosta de ADA, vai levanta a mão”. (GRILLO E NERI, *apud* GRILLO, 2013, p.56)

E isso se deve ao fato de que não é preciso trabalhar *na boca* ou na *facção* para aderir a ela, ainda que superficialmente. O discurso de existência dos *comandos* se inscreve na experiência cotidiana de todos os que se localizam em seu território de atuação, podendo ser internalizado por eles em nível maior ou menor. O simples fato de viver em uma comunidade em que há tráfico é suficiente para produzir vínculos afetivos com o repertório simbólico relacionado à *facção*, sobretudo nos mais jovens. Ou seja, morar em uma área controlada por uma *facção* pode ser o suficiente para se denominar integrante deste grupo.

4.1 DAS MÚSICAS AOS MUROS

Durante minha infância e adolescência, circulando pelas ruas da minha cidade natal onde fui criada, lembro-me de perceber um aumento progressivo das pichações em vermelho com a sigla “C.V” e pensar que devia ser coisa “de moleque”.

Para uma cidade pequena e fotogênica como Paraty pichações como essas não eram nada comuns, menos ainda essa violência, explícita e declarada como ocorre entre as facções. Em minha perspectiva eram “moleques” (no sentido pejorativo de meninos desocupados, sem educação) querendo se autoafirmar às

custas de “sujar” a paisagem da cidade - pois, para mim, não havia Comando Vermelho na cidade, isso era coisa do Rio. De fato, poderiam até ser garotos querendo atrair algum tipo de atenção para eles mesmos, demonstrar algum poder. Mas o que eu não sabia ainda é que essas inscrições, independente de brincadeira, carregavam uma mensagem, um significado. Anos mais tarde fui entender que o aparecimento cada vez mais frequente de pichações como essa, indicavam a “chegada” do Comando Vermelho na cidade.

Para essa versão mais infantil de mim mesma esse tipo de pichação não fazia sentido e não condizia com a realidade da cidade. Porém, isso já não é verdade para os moradores de periferia da cidade carioca. As inscrições nos muros e paredes, além de serem muito comuns, acaba tendo um enorme significado na vida dessas pessoas. Assim como ocorre com os funks, por meio das pichações, os traficantes impõem regras, limites, avisos, provocações a traficantes de outras facções ou a polícia, homenagens a traficantes que já morreram. Em outras palavras, as pichações são parte dos símbolos da territorialidade das facções ao mesmo tempo em que evidenciam certos valores que operam nas comunidades.

Figura 1: Mensagem feita por traficantes do Comando Vermelho como aviso aos moradores sobre alugarem casa a moradores de bairros controlados pela facção inimiga Terceiro Comando Puro



Fonte: <https://informeagora.com/casos-de-policia/moradores-da-penhaacordam-com-ameacas-de-trafficantes-do-cv/>

Através de pichações como essas, reafirma-se mensagens veiculadas nos proibidões, mas em contraposição ao entusiasmo que os bailes promovem, são um lembrete aos passantes sobre os limites e regras que precisam ser respeitados. O registro nas paredes serve de complemento para fortalecer aquilo que os moradores, se já não sabem, devem estar atentos.

4.2 DOS MUROS AOS CORPOS

Com frequência, nas próprias letras de funk é elaborada uma oposição nós/eles, ou melhor, nós/a gente, se evocarmos a categoria nativa utilizada pelo CV e os ADA, respectivamente, para se referirem a si próprios (GRILLO, 2013).

E pensar em quê senão na alteridade profunda, radical, que a hostilidade institui entre “eu” e o “outro”. Pois não nos parece que a hostilidade derive da alteridade, mas sim o contrário. Não é porque o “outro” é diferente que eu o hostilizo, mas eu o hostilizo para colocá-lo como diferente. É para poder pensar-nos que nos opomos. No plano da sociedade, instaura-se a especificidade do grupo pela negação do estrangeiro. Matando-se o inimigo, afirma-se o “eu” pela negação do “outro”, do “não-eu” (CARNEIRO DA CUNHA, 1978, apud GRILLO, 2012, p.57).

Grillo chama atenção para como as disputas pessoais entre lideranças do tráfico de drogas no Rio de Janeiro produzem descontinuidades que extrapolam o mero ato de demarcar os territórios para estabelecer os pontos de venda de drogas. A alteridade está presente tanto por fronteiras físicas, que interferem na circulação de pessoas pelo espaço público das favelas quanto por fronteiras discursivas, que distinguem entre quem se reconhece ou se apresenta como *nós* ou *a gente* (GRILLO, 2013, p.58).

O Comando Vermelho por exemplo, pode designar “alemão” quem quer que não seja, de certa forma, adepto ao “movimento”, seja uma facção inimiga, seja a polícia, a mídia; mas juntas, tanto CV quanto ADA ou TCP reconhecem o “asfalto” em relação à “favela”, isto é, tudo o que *não é* favela. Ou seja, parece haver aí um consenso de que, embora frequente inimigas, as facções estão numa mesma dimensão em relação a quem não vive a “realidade” da favela.

Em outras situações, pode emergir a expressão “É nós ou é a gente, só não pode ser eles”, que carrega um sentido de neutralidade, de “paz” ou de “parceria”, diante de um inimigo em comum como a polícia, por exemplo (ou seja, nesse momento pode ser tanto CV quanto ADA, mas não pode ser polícia).

[...] Nos sistemas de alteridade, interagem princípios de “inclusividade” e “exclusividade” que fornecem as regras de interação com o Outro. Seguindo esta lógica, a oposição nominal entre CV e ADA, estipula que o alemão é inimigo e deve ser eliminado. Trata-se de um Outro “matável” por sua própria definição. Deste modo, a contaminação das pessoas pelo nome da facção pode resultar em sua morte, quando identificados como alemão em território pretensamente inimigo. Por exemplo, a mera utilização da saudação “é nós, parceiro!” em áreas do ADA, pode ser letal (GRILLO, 2012, p.58).

Não só nas músicas, essas oposições (“é nós!” / “é a gente!”) podem ser percebidas frequentemente em outros canais de comunicação e expressão, de delimitações de fronteiras físicas a partir da instituição de fronteiras discursivas e de representação social das facções.

O fato é, da interação nas redes sociais às pichações nos muros dos bairros, estão presentes *códigos* e *leis* da “comunidade”, compreendida como “simbólica”, que não está atrelada a uma instituição, não possui delimitações geográficas ou fronteiras físicas, e que tem como membro, ou associado, quem quer que esteja sujeito a esses códigos e compreenda os símbolos mobilizados, - que são, portanto, *compreendidos, apropriados, incorporados* e então *reproduzidos* - mas que ainda assim se fazem perceptíveis na dimensão material dos territórios. Nesse caso, a própria integração a uma facção pode ser um processo tanto coercitivo quanto arbitrário.

Segundo Grillo (2013, p.),

Dizer que se “é” CV ou ADA pode ter a mesma conotação que “ser” Flamengo ou Vasco. Trata-se de uma aproximação absolutamente situacional, proporcionada pela fragmentação dos territórios de favelas e prisões em *facções*, assim como se fragmenta um estádio de futebol em diferentes torcidas. As inscrições, em muros de favelas, das siglas que designam as facções, comunicam o poder exercido sobre território, impregnando os moradores com o seu nome. Isso não implica em “pertencer” a uma ou outra facção, mas confere legitimidade para se dizer que “pertence”, caso seja essa a vontade do interlocutor.

E com essa “vontade” de “pertencer” surgem diferentes maneiras de se dizer que “é” (CV ou ADA, ou TCP).

Como foi mencionado anteriormente, o surgimento de organizações criminosas do tráfico de drogas no Brasil tem, tradicionalmente, suas origens no sistema penitenciário nacional e está relacionado, entre outros fatores, às condições de superlotação, insalubridade e violência as quais os presos são submetidos – criando daí suas próprias leis, suas próprias formas de organização –; condições tão precárias nas prisões. Nesse contexto, uma prática comum entre os presos é a

marcação do corpo com tatuagens que evidenciam os crimes cometidos pelo indivíduo.

Rodrigo Toffoli (2005) aborda as tatuagens carcerárias como uma subclassificação da tatuagem criminal, e apresenta os diversos tipos e estilos de tatuagens comuns entre os carcerários. Segundo ele, a partir do momento que a tatuagem criminal passa a existir como fenômeno cultural, se espalha de tal forma que seus códigos se tornam conhecidos e comungados por representantes sociais que permeiam o universo da cadeia, tais como agentes penitenciários, policiais, jornalistas, juízes, promotores, além de toda a sociedade que comunga de uma proximidade maior com esse universo.

Deste modo, com as tatuagens os detentos “organizados”, isto é, aqueles associados a algum grupo, incorporam, além da identificação dos crimes cometidos, uma forma de identificação da própria facção a qual estão associados.

Foi pensando nisso, inclusive, que a Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia lançou em 2012, a Cartilha de Orientação Policial com o título “Tatuagens: desvendando segredos”; com o intuito de [...] *facilitar a atuação policial dentro de um reconhecimento visual ainda pouco explorado [...]* (ALDEN, 2012). Deixando de lado a discussão sobre os problemas que uma ação como essa podem gerar, essa cartilha parece servir de modelo para outros trabalhos, além de um guia para a polícia identificar bandidos e facções ainda atualmente. Além disso, é possível encontrar sites de notícia e entretenimento que “revelam” os significados de algumas tatuagens mais comuns entre presos e membros de facções, e ainda, outros que recomendam *o que não fazer se não quiser ser confundido com um criminoso*. Com isso, figuras de conhecimento popular como palhaços, aranhas, carpas ornamentais entre diversas outras, adquiriram sentido conotativo quando relacionadas ao estereótipo de bandido, representando categorias específicas de contravenção ou denotando seu grau de periculosidade.



Fonte : <https://www.mundodasarmas.com/2020/01/tatuagens-de-bandidos-saiba-o-significado-delas.html>

Figura 6- P J L – Paz , justiça e liberdade – Lema do Comando Vermelho



Fonte: <https://www.fifteenminuteswith.com/2018/05/30/big-daddy-kane-bdk-style/>

Portanto, como foi mencionado anteriormente no Capítulo 1, um mesmo símbolo pode ser utilizado simultaneamente por diferentes indivíduos e possuir significados diferentes.

A exemplo disso é possível citar o *eyebrow slit* ou *eyebrow cut*, “moda” da sobrancelha “falhada” ou “riscada”. Reconhecido no senso comum como símbolo de *ostentação*, *status* ou mesmo *libertinagem*, essa forma estética tem origem no estilo *hip hop* dos anos 1990 é comum principalmente entre os jovens, atualmente é usada também por pessoas célebres e conhecidas popularmente tanto internacional quanto nacionalmente. No Brasil, está muito relacionada ao estilo *funk*, provável porta de entrada para sua popularização. Porém, paralelamente, há um senso comum que relaciona os cortes na sobrancelha com atividade criminosa. Por um lado, o número de cortes evidenciaria o caráter criminoso: traficante, ladrão, usuário de drogas etc.; por outro, estaria relacionado a facção com a qual um indivíduo se associa. Isto é, no Rio de Janeiro uma pessoa com dois riscos na sobrancelha estaria indicando sua associação ao Comando Vermelho, enquanto uma pessoa com três riscos estaria indicando sua relação com o Terceiro Comando Puro.

Imagem 7: Foto do rapper Big Daddy Kane muito conhecido nos anos 1980 e em quem acredita-se ter sido inspiração para o Eyebrow Slit



Fonte: <https://www.fifteenminuteswith.com/2018/05/30/big-daddy-kane-bdk-style/>

Embora não haja nada que comprove de fato uma relação do estilo da sobancelha com o crime e essa caracterização esteja fundada principalmente nos discursos policial e jornalístico, essa peculiaridade ocasionalmente produz equívocos dos quais, casos em que mesmo pessoas que não estavam envolvidas com o tráfico, foram confundidas como tais e punidas severamente ou até mesmo executadas em nome de alguma facção.

Em algum momento, o cabelo descolorido, também comum na cena do funk brasileiro tornou-se reconhecido como característica de integrantes do ADA, a ponto de milicianos proibirem que moradores de comunidades controladas pela milícia circulassem com o cabelo descolorido. Mesmo que a origem da expressão “OK” seja muito discutida até hoje, o sinal que fazemos com as mãos é bastante utilizado no mundo todo para afirmações como “compreendido”, “de acordo”, “tudo certo”; e consiste no gesto de juntar os dedos polegar e indicador em um círculo, ou um “o” enquanto os outros dedos são mantidos no ar. Porém, se ao invés de ter o polegar e o indicador se tocando, deixá-los levemente distantes como um “c”, enquanto os outros dedos ficam esticados no ar têm-se o sinal “3C” que simboliza “Terceiro Comando”; utilizado por integrantes do TCP.

Trata-se, portanto, de uma linha tênue esta que separa ou identifica características consideradas de bandidos de “não bandidos”. Artifícios que objetiva ou arbitrariamente se tornam diferenciadores comuns entre facções, tanto para se destacar quanto para destacar seus inimigos, por vezes, para quem não compõe esse estilo de vida, acabam atrelados ao estigma do bandido.

Por vezes o que para “nós” é atribuído de modo generalizado como característica de criminosos pode, simultaneamente, no que concerne os conflitos entre traficantes articulados em facções, compor parte dos artifícios que definem certas fronteiras impostas em uma comunidade e nas pessoas dessa mesma comunidade.

CONCLUSÃO

Com o que foi apresentado, percebe-se como a importância do *território* para a lógica de *facção* está evidente a todo momento. É entre crenças e valores de uma comunidade e principalmente, com o território, que se insere ou se retira o poder de uma *facção* em relação a outra e o reconhecimento entre elas. Disputa-se pelo controle de um território a fim de se aumentar os pontos de venda de drogas, mas dessa disputa surge além do medo, também um sentimento de comunidade mesmo por quem não está envolvido nas atividades do tráfico.

Das letras de funk em conjunto com a ostentação dos bailes, ao estilo de se vestir; defende-se o nome da *facção* e os “heróis” que fazem parte dela assim como se veste a camiseta de um time de futebol e sobre isso se canta, dança, se estampa na pele, em paredes e muros; e se declara guerra.

Afinal, o que o Estado negligencia, as *facções* por outro lado, nessa perspectiva, “cuidam”. E o que seria tudo isso, senão uma forma de ressignificar um território – o de favelas – outrora também negligenciado pelo Estado? Mas o território em si é fluido, à medida que o controle sobre um perímetro e o poder dos associados ao tráfico podem sofrer transições. E conforme mudam os perímetros, mudam também os territórios e com isso, as *fronteiras*. O que se destaca com isso, são as formas de *fazer* e de *delimitar* fronteiras.

Certamente a violência não está ausente, mas como foi visto, tampouco é o único instrumento utilizado para a demarcação de fronteiras. O corpo que foi tatuado com a sigla ou um símbolo associado a *facção* carrega os mesmos valores e códigos expressos nas letras de funk e nos muros; assim como o cabelo ou o detalhe na sobrancelha carregam uma identificação. Mesmo sendo alvo de pré-julgamentos e constatações equivocadas, o jovem que ostenta um estilo reconhecido como característico da cultura da favela, ainda que não adira a uma *facção* e que não necessariamente indique associação ao crime, carrega tais valores e tais códigos.

Esses corpos são, com isso, extensões dos territórios sob controle do tráfico; uma espécie de fronteira móvel; são “corpos-fronteira”, quer coercitiva, quer arbitrariamente.

Pensando nisso, um dos elementos que chamou atenção durante a pesquisa, levantando questões para a possibilidade de um trabalho futuro seria quanto a posição dos MCs que cantam os “proibidões” associados às *facções*.

Os MCs são os principais responsáveis pela popularização das músicas de funk ao público, e ainda que não tenha sido escrita pelo mesmo, a música cantada nos bailes e nos videoclipes levam o nome de pelo menos um MC.

Portanto, ainda que, no caso dos funks de *facção*, a música em si relacione elementos “do crime” e esteja associada diretamente a uma *facção*, é o nome do MC que acompanha sua divulgação. Ora, a figura do MC seria, dessa forma, o epítome da ideia de um “corpo-fronteira”, além de uma propriedade cultural do tráfico:

O MC é morador de uma comunidade cujo traficante, ou “chefe” está associado a uma *facção*, portanto o funk precisa representar essa mesma *facção*; como o MC é escolhido? Ele mesmo escreve a letra? Há casos em que MCs recebem ameaças de mortes de *facções* rivais veiculadas por seus próprios MCs; seja por motivos de “traição”, por ter “trocado de lado”, seu associado a uma *facção* rival. Por isso mesmo MCs são executados em nome de uma *facção*.

Devido a ilegalidade das músicas, muitos funks que são inicialmente “proibidões” recebem alguns ajustes nas letras para poderem ser cantadas em canais externos, da mesma forma, podem ser cantadas por um MC diferente do original para que sua imagem não seja divulgada. Alguns MCs conhecidos popularmente estão ou já foram em algum momento associados a alguma *facção* como é o caso dos MC Marcinho, Mr. Catra e o MC Poze. Por outro lado, há casos em que MCs sem qualquer associação ao tráfico precisam se justificar publicamente para não serem confundidos entre as *facções*.

Ao que parece, a figura do MC ocupa uma posição delicada nas relações do tráfico, e pode ser tanto instrumento de provocações como alvo dos conflitos entre traficantes. Tendo escolhido ou não fazer parte dessas relações do tráfico, os MCs dos funks “proibidões” estão também no cerne das disputas entre *facções*. Afinal, são entre outros, não só veiculadores de um sistema de valores das *facções*, como também símbolos de ostentação e esbanjamento daqueles que vivem “do crime”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMORIM, C. **Comando vermelho**: a história secreta do crime organizado. 5.ed. Rio de Janeiro: Record, 1995.
- ALVITO, M. **As cores de acari**: uma favela carioca. Editora FGV, Rio de Janeiro, 2001.
- COHEN, A. **The symbolic construction of community**. London; New York, NY: Routledge, 1985.
- FUINI, L. **O Território em Rogério Haesberth**: concepções e conotações. Geografia, Ensino & Pesquisa. Vol. 21, n.1, p. 19-29, 2017.
- GRILLO, C. C. **Coisas da Vida no Crime**: tráfico e roubo em favelas cariocas. 2013. 291 f. (Tese de Doutorado)- Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2013.
- HAESBAERT, R. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade**. Porto Alegre, 2004.
- MATTOS, C. S. Da valentia à neurose: criminalização das galeras funk, 'paz' e (auto)regulação das condutas nas favelas. Dilemas – **Revista de Estudos de Conflitos e Controle Social**, 5 (4): 653-680, 2012.
- TOFFOLI, R. **Corpos tatuados**: preliminares a uma abordagem semiótica. Estudos Semióticos, n. 1, 2005.
- RODRIGUEZ, A.; FERREIRA, R.; ARRUDA, A. Representações sociais e território nas letras de funk proibido de facção. **Psicologia em Revista**, v. 17, n. 3, p. 414-432, 2011.
- VIANNA, H. **O mundo Funk Carioca**. Rio de Janeiro. Editora Zahar. 1988.
- ZALUAR, A. **Pesquisando no perigo**: etnografias voluntárias e não acidentais. Mana, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p.557-584, 2011.
- ZALUAR, Alba; CONCEIÇÃO, Isabel Siqueira **“Favela sob o controle das milícias no Rio de Janeiro: que paz?”**, São Paulo em Perspectiva, v. 21, n. 2, p. 89-101, jul./dez, 2007. http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v21n02/v21n02_08.pdf